

### DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

*Humberto Mendes de Sá Formiga<sup>1</sup>*

#### **1 Do Brasil ao Brasil do agronegócio**

Antes das primeiras considerações acerca do mais pujante setor da economia nacional no momento, é importante ter em conta que a expressão agronegócio<sup>2</sup> se originou da tradução literal do termo inglês *agribusiness*, cunhado em 1957 por professores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, que o conceituaram como resultante da soma das operações de produção e distribuição de suprimentos, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Apesar de envolvimento em operações complexas, que incorporam recorrentemente inovações científicas disruptivas em ambiente de competição global turbinado por avanços tecnológicos, o agronegócio brasileiro tem como desafio imediato, em linhas gerais, simplesmente assegurar o uso sustentável dos recursos ambientais que permitiram o sucesso alcançado, tendo como alvo a viabilidade financeira que faz o porto seguro para a estabilização dos preços internos e para a internalização de divisas, contribuindo para a geração de riquezas, a distribuição de renda e o equilíbrio do balanço de pagamentos por meio de superávits na balança comercial.

<sup>1</sup> Consultor Legislativo do Senado Federal, Núcleo de Economia, Área de Políticas Agrícolas. Email: [hformiga@senado.leg.br](mailto:hformiga@senado.leg.br)

<sup>2</sup> <http://www.fao.org/3/a-a1475e.pdf>: “The realization of the importance of a vertical dimension in the analysis of agrifood sectors has been attributed to the seminal work of two researchers from the University of Harvard, John Davis and Ray Goldberg, who coined the term *agribusiness* to represent the aggregate of operations that take place between the farm and the consumer.”

A missão simples, no entanto, não se traduz em facilidade. É relevante lembrar que a história de relativo sucesso do agronegócio brasileiro é permeada por vínculos e alertas, relativos às questões ambientais, agrárias e econômicas, além de se imbricar em questões sociais, urbanas e rurais, como êxodo acelerado, segurança pública, alimentar e hídrica, que estão mundialmente em voga neste primeiro quarto do século XXI, no qual países populosos experimentam as consequências socioeconômicas da urbanização crescente e acelerada.

Didaticamente e a rigor, o contexto socioambiental do agronegócio brasileiro de hoje e alguns de seus desafios já se esboçavam no primeiro texto literário brasileiro, a célebre carta<sup>3</sup> escrita em maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha a Dom Manoel I, então monarca de Portugal no momento do descobrimento da Terra ou Ilha de Vera Cruz.

Ali é possível observar que a curiosa fixação do olhar do escrivão no aspecto dos tingimentos corporais dos nativos não escondia os interesses econômicos subjacentes em descobrir fontes de corantes para a tinturaria, atividade econômica em alta na Europa. Ilustrativamente, a obsessão rendeu ao texto da carta 17 referências à cor vermelha, 14 aos termos “tinto” ou “tingido”, 9 à cor preta, e 2 ao termo “pintura”, ao passo que o texto alude 9 vezes ao ouro e 3 vezes à prata.

Cabe contextualizar que, se o vermelho era a cor da ostentação das monarquias europeias de então, vermelhos eram os adornos dos nativos da nova terra e as observações sobre eventual qualidade do corante vermelho, ainda de fonte desconhecida, não podiam escapar ao olhar atento de Caminha, que registrou: “E a tintura (na pele dos índios) era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água, era mais vermelho”. Como se sabe, prevaleceria cinco anos mais tarde o nome Brasil como batismo definitivo da nova terra, em alusão ao corante vermelho como brasa que fascinava as cortes na Europa do século XVI e se tornaria o primeiro produto do agronegócio brasileiro.

Uma vez que os sinais da existência de metais preciosos não vieram tão rapidamente, foi iniciada no bioma mata atlântica a primeira atividade econômica do

---

<sup>3</sup> <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>  
[http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta\\_caminha.htm](http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/carta_caminha.htm)  
<http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>  
<http://guiadoscuriosos.uol.com.br/categorias/2715/1/a-carta-de-caminha.html>

agronegócio e do Brasil: o extrativismo vegetal do pau-brasil, árvore que os nativos chamavam de ibirapitanga (“madeira vermelha”, em tupi), que gerava o cobiçado corante vermelho.

Do ponto de vista da sustentabilidade do agronegócio, o esgotamento por exploração de um recurso natural teoricamente renovável como o pau-brasil constitui-se em um alerta histórico. A esse respeito, registre-se que o desenvolvimento dos corantes sintéticos<sup>4</sup>, no século XIX, reduziu a intensa exploração da madeira do pau-brasil, restando como uso econômico a confecção de arcos para violino de qualidade superior, de interesse pequeno para o agronegócio brasileiro, uma que representa atualmente uma demanda anual de apenas 200 m<sup>3</sup> de madeira, o que não evitou que em 1992, o Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente (IBAMA) reconhecesse a árvore-símbolo do Brasil como espécie<sup>5</sup> em extinção, na lista já frequentada pela *Araucaria angustifolia*, o pinheiro do Paraná. A título de curiosidade, o pau-brasil<sup>6</sup>, espécie que Lamarck denominou *Caesalpinia echinata* em 1785, foi rebatizada em 2016 para *Paubrasilia echinata*, por taxonomistas de Canadá, Suíça, Reino Unido e Brasil, que estudaram o DNA de dezenas de espécies do gênero *Caesalpinia* e concluíram que o pau-brasil brasileiro pertence a um gênero botânico exclusivo.

Não é demais lembrar que, na contramão da manutenção da biodiversidade, a monocultura representou historicamente oportunidades, mas também grandes exposições a riscos econômicos, ambientais e sociais. O momento como o atual – em que o agronegócio nacional caminha para a predominância da soja, como produto, e da China, como parceiro, na balança comercial do setor – é revelador do quanto o agronegócio, apesar dos inúmeros avanços e ampliação da diversidade de explorações, permanece vinculado à adoção do modelo colonial, que tinha na monocultura seu modelo mais confiável.

Com efeito, a despeito dos riscos ambientais e econômicos, o desenho do nosso modelo agroextrativista de exportação elegeu a monocultura como referência básica, o que sempre fez sentido nas estratégias econômicas que viabilizavam a exploração de todas as colônias de aptidão agrícola, cujo processamento industrial se

<sup>4</sup> <http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/profile/Caesalpinia%20echinata>

<sup>5</sup> [http://www.mma.gov.br/estruturas/179/\\_arquivos/179\\_05122008033646.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008033646.pdf)

<sup>6</sup> [https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pnews&component=NewsShow&view=pnews\\_newsshow&cid=432&mn=0](https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pnews&component=NewsShow&view=pnews_newsshow&cid=432&mn=0)

dava taticamente nas metrópoles. De fato, inicialmente experimentamos a extração intensa do pau-brasil, seguida da monocultura da cana de açúcar, em paralelo à implantação da pecuária, e depois vieram a exploração de ouro e da monocultura do café, extração do látex da seringueira, além de outras madeiras, carvão vegetal e, ultimamente, a produção de papel e celulose, calcada na exploração de eucalipto, como exemplar exótico. Essa superexploração, além de toda a riqueza produzida, resultou<sup>7</sup> na situação atual na qual *somados todos os fragmentos de floresta nativa acima de 3 ha, restam 12,5% dos 1,3 milhões de km<sup>2</sup> originais da mata atlântica.*

Como eco retardado da conscientização conservacionista, entre 2009 e 2012, o desmatamento anual caiu significativamente, mas voltou a crescer justamente após a aprovação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, mais conhecida como Novo Código Florestal.

Aqui, cabe voltar à carta de Caminha, em outro ponto que importa enormemente à análise do agronegócio brasileiro, na perspectiva de sua sustentabilidade. No texto, fica também evidente o interesse do espírito colonizador sobre sinais da existência de minerais preciosos, sobre o potencial agrícola da terra e, nesse aspecto, a disponibilidade hídrica no novo mundo, ao registrar que *“Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!”*, trecho que se popularizou pela expressão *“Nesta terra, em se plantando, tudo dá”*.

Quase cinco séculos depois, as recentes tragédias envolvendo a exploração de minério de ferro nos sítios mineiros das cidades de Mariana e Brumadinho pela Companhia Vale revelam que os interesses coloniais primários voltados para a mineração e para a agropecuária continuam relativamente atuais em parte significativa do território brasileiro. Mas as ocorrências, que se destacam pela gravidade dos dramas das famílias atingidas pelo rompimento das barragens de rejeitos ferruginosos, não escondem os riscos à sustentabilidade do agronegócio nas regiões de mineração e indústria, particularmente no que diz respeito às ameaças latentes aos mananciais de águas e nascentes, decorrentes da contaminação de rios e represas usados para a irrigação, pecuária e abastecimento hídrico de comunidades ribeirinhas.

<sup>7</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/mata-atlantica-perdeu-235-km2-de-vegetacao-entre-2012-e-2013>

Curiosidades e tragédias socioambientais à parte, ressalta-se que o Brasil se inicia historicamente pelo agronegócio, que será objeto central desta breve análise, não sem antes destacar que, em relação ao comércio exterior global, o Brasil participa com menos de 2% da corrente de comércio mundial, o que acende em sinal vermelho-brasil, as dificuldades estruturais do conjunto da economia interna em sua inserção internacional e, no plano social, a incapacidade crônica de absorver em outros setores produtivos a mão-de-obra deslocada de forma acelerada pelo processo de modernização das atividades rurais, particularmente nos últimos 50 anos.

### **A força do agronegócio nacional**

No agronegócio nacional, grande parte do vigoroso crescimento verificado entre 2006 e 2010 se explica por preços favoráveis no mercado externo das *commodities*, aumento do consumo doméstico e de investimento das empresas e do governo federal. O consumo interno estimulou por outro lado o consumo, como reflexo direto da valorização do salário mínimo acima do PIB, entre 2003 e 2015. É possível afirmar com segurança que mais da metade da crise econômica ainda em curso decorre da queda generalizada dos preços das *commodities*, a partir de 2011, principalmente pela variação do preço do petróleo, que saiu de mais de U\$ 100 para menos de U\$ 30 por barril, mas as políticas internas que tiraram força da economia, como repasse de tarifas e elevação da taxa de juros, levaram ao aprofundamento da recessão, assim como contribuíram para o agravamento da crise as medidas de combate à corrupção que alcançaram as maiores empresas da indústria da construção civil, ampla empregadora de mão-de-obra menos qualificada.

Para o fim específico de dissecar os dados mais recentes da exitosa e importantíssima balança comercial do agronegócio, constitui-se valiosa fonte a edição de 2017 da publicação<sup>8</sup> intitulada “Intercâmbio Comercial do Agronegócio – Principais mercados de Destino”, elaborada pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em 2017, os dez principais mercados de destino, representando 70% das exportações do agronegócio, foram, pela ordem de valores transacionados: China,

---

<sup>8</sup> [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/IntercambioComercial2017\\_web.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/intercambio-comercial-do-agronegocio-10a-edicao/IntercambioComercial2017_web.pdf)

União Europeia, Estados Unidos, Japão, Irã, Arábia Saudita, Rússia, Hong Kong, Coreia do Sul e Indonésia. Em grandes grupos, os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), consideram a seguinte distribuição das exportações do agronegócio brasileiro: Ásia (36%), Europa (19%), América do Norte (16%), América do Sul (16%), Oriente Médio (6%), África (4%), América Central e Caribe (2%) e Oceania (1%).

Na composição da pauta do agronegócio brasileiro, destacam-se em grandes grupos, pela ordem dos valores transacionados: a soja, as carnes, a cadeia de papel e celulose, o setor sucroalcooleiro, o café, o milho em grãos, os sucos, com destaque para o suco de laranja congelado, os produtos têxteis, o fumo e cigarros, as frutas, o cacau e suas preparações, os pescados, o mel natural, os ovos e gemas, além do leite e derivados.

No contexto global, a corrente mundial de comércio cresceu entre 2010 e 2013, caindo 18,1% até 2016. O agronegócio mundial cresceu também no primeiro período, até 2014, caindo em seguida, de forma menos intensa que os demais setores da economia mundial. Parte da redução, resultou da queda dos preços internacionais das *commodities*, em todos os setores da economia. Porém, em conformidade com cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI) a redução média entre 2011 até meados de 2017 foi de 49,2%, quando se registrou nova recuperação dos preços das *commodities*. Observa-se, no entanto, que a queda verificada apenas nas *commodities* agropecuárias foi menos intensa, ficando em cerca de 20% entre 2011 e 2017. A diferença nas taxas de redução, fez com que a participação dos produtos alimentares se elevasse no comércio mundial, passando de 7,8%, em 2014, para 8,7%, em 2016, apesar da crise.

No contexto brasileiro, as *commodities* agrícolas e minerais possuem uma participação relevante na pauta exportadora, entretanto, o que se observa é que os produtos básicos ganharam participação cada vez maior na pauta de exportação do País, chegando a representar, em 2011, 47,8% do total, partindo de um patamar de 29,2% em 2006, o que indica um mau funcionamento do setor industrial, colocando o Brasil na desconfortável condição de exportador de produtos básicos, com tendência de reprimarização crescente de sua pauta de exportação.

De fato, a atual composição das exportações brasileiras revela tendência à reprimarização da pauta de produtos, voltando ao modelo vivenciado na primeira metade do século XX, com a diferença de que o conjunto das exportações não se

concentra em um ou dois produtos apenas, mas em uma variedade muito maior. No entanto, o fenômeno em curso da reprimarização das exportações brasileiras acena para a necessidade de reelaboração de um plano de desenvolvimento nacional, através de um grande acordo político, em prol da reindustrialização.

Prova do fenômeno da tendência à reprimarização das exportações é que quando os preços das commodities caíram, entre 2011 e 2016, as exportações brasileiras totais caíram 23,5%, acima da queda mundial, que foi de 18,1%, o que fez a participação relativa do Brasil no comércio mundial de bens cair de 1,79%, em 2011, para 1,48%, em 2016, quando a participação do agronegócio brasileiro no comércio mundial cresceu.

Por outro lado, embora a queda das exportações brasileiras entre 2011 e 2016 tenha alcançado 40%, a desvalorização do real frente ao dólar no mesmo período chegou a quase 100%, o que recompensou em muito os ganhos para os setores exportadores nacionais. Apesar dessa compensação, a situação representa para a economia nacional outro sinal vermelho, uma vez que dado o esforço das políticas de substituição das importações e do esforço para exportação de manufaturados, entre 1950 e 1985, a indústria de transformação cresceu a taxas médias de 9% ao ano, bem acima do PIB, que se situou em cerca de 7% na média de crescimento do período.

### **Os desafios verde-amarelos do País vermelho**

Apesar de ter ficado nas últimas duas décadas mais favorável às exportações brasileiras, a taxa de câmbio não foi fator suficiente em si para que o País pudesse expandir de forma sustentável sua balança comercial. Alguns produtos brasileiros, dentro e fora do agronegócio, não conseguem ser competitivos no mercado internacional porque, entre outros fatores, enfrentam uma logística de distribuição precária e falta-lhes transporte adequado e barato. Neste ponto, cabe acrescentar que o frete quando realizado via estradas malconservadas pode representar elevação de até 100% no preço final do produto agrícola. Como a maior parte do transporte de cargas se dá por estradas, abrir o mercado para investimentos privados em rodovias parece inevitável, até que se possam fazer os investimentos no modal ferroviário. Mas não custa lembrar que os gargalos para atração de investimentos privados externos estão na carga tributária elevada, legislação trabalhista, corrupção, ineficiência do governo e na

infraestrutura precária. Hoje as melhores rodovias são as que funcionam sob cobrança de pedágios e o maior número delas está concentrada em São Paulo. Expandir o modelo para todo o território nacional não parece tarefa simples, embora seja essa a tendência.

Além disso, a produção no Brasil enfrenta uma das tributações mais excessivas do mundo e uma burocracia pesada em cada fase da produção voltada à exportação, sem falar na dificuldade para incorporar e acompanhar as inovações tecnológicas de cada setor. Não se pode esquecer, de outra sorte, de que a concentração bancária existente no Brasil é um problema que ameaça permanentemente elevar as taxas de juros que financiam o consumo doméstico e a produção de bens e serviços, com prejuízos a todos os setores da economia.

Ademais, a pesquisa e a inovação, além da extensão rural para difusão das novas tecnologias, devem ser vistas pelo estado brasileiro como estratégicas para o agronegócio, mas também para outros setores exportadores. Nessa direção, se a evolução tecnológica é uma conquista da engenhosidade humana, a concentração da riqueza tende a se intensificar a partir do domínio tecnológico. É nesse sentido que os trabalhadores e empreendedores do campo e da cidade precisarão fazer o esforço da capacitação continuada, tendo em vista o aumento da competitividade das atividades econômicas.

Nesse ponto se insere o objetivo econômico da reforma trabalhista, qual seja, promover aumento de produtividade em todos os setores econômicos. Mas aqui se inserem também os seus efeitos sociais traumáticos e imediatos. No segundo trimestre de 2018, por exemplo, o número de trabalhadores com carteira assinada atingiu o piso histórico mínimo de 32,8 milhões e registrou-se um aumento do número de empregos sem carteira assinada e do emprego intermitente. O número de desempregados em 2018 ultrapassou 13 milhões de pessoas, depois de ter alcançado o menor índice em 2013, com taxa de aproximadamente 4% da população economicamente ativa.

Olhando para o futuro, o que se projeta para o agronegócio nos próximos anos é que a política econômica trará menos obstáculos do que nos últimos quatro anos, tendo em conta que, para 2019, as expectativas da política monetária são oferecer inflação no centro da meta, moeda estável, mas no patamar da desvalorização já sofrida, e manutenção das taxas de juros em apenas um dígito. No campo da política fiscal, o esforço de superávit primário tende a iniciar um ciclo de liberação gradual de recursos para investimento público no médio e longo prazos.

Na política externa, há expectativas de que o câmbio permanecerá flutuante, ancorando as renegociações dos títulos em moeda externa no estoque das reservas internacionais<sup>9</sup>, que ultrapassam a quantia de US\$ 380 bilhões. Entretanto, preocupam os desdobramentos da política comercial externa e um alerta vermelho aqui também é cabível.

Nesse último aspecto, há transformações ousadas e de efeitos imprevisíveis em curso, a começar pela unificação dos antigos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e Gestão e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio sob o manto de um superministério da Economia, sob o argumento plausível de que a unificação assegurará a unicidade de comando na economia, que passará por um movimento sincronizado de abertura econômica concomitantemente à redução da carga tributária sobre o comércio exterior.

Chama a atenção também, inclusive no que tange às relações internacionais, a turbulência que caracteriza a comunicação do novo governo. Nesse sentido, parecem inadequados os diálogos iniciais ríspidos com a China, o maior parceiro comercial do Brasil, como também o ativismo internacional de apoiar Israel contra a causa palestina, consubstanciado no gesto simbólico de anunciar a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, no momento em que os países da liga árabe vêm se consolidando como grandes parceiros comerciais, sobretudo em produtos do agronegócio brasileiro, contribuindo para a desejável diversificação não apenas da pauta de exportação, mas também do número de parceiros comerciais, dissipando os riscos naturais dos negócios globais.

Cabe ponderar nesse aspecto, que os Estados Unidos são uma potência política, econômica e militar; situação diferente da que detém o Brasil, que em posições polêmicas tende mais a perder, com retaliações, do que ganhar no comércio internacional. Os Estados Unidos mudarem sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém representa uma coisa, outra coisa é o Brasil, com seu nanismo geopolítico fazer o mesmo. Em caso de retaliação, o setor mais afetado no agronegócio seria a cadeia produtiva da carne, mas também da soja, do milho e do algodão. A estratégia comercial brasileira mais adequada na condução da política externa seria manter sua tradição de

---

<sup>9</sup> <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarSeries&series=13621>

não ingerência nos conflitos, sempre que possível em silêncio, cultivando sua imagem e postura de nação pacifista.

Embora não seja seguro se falar em retaliação comercial, mas o que há de concreto é que a Arábia Saudita<sup>10</sup>, já no primeiro mês do novo governo, na condição de nosso maior comprador de frango, tomou a iniciativa de barrar a importação do produto de 5 dos 30 frigoríficos brasileiros, conforme divulgou a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Ainda nas relações internacionais, registra-se que, desde 2009, o Brasil vinha apresentando déficit comercial em relação ao seu segundo maior parceiro comercial, os Estados Unidos. Quando apresentou superávit em 2017, ainda que mínimo, despertou o governo americano a aumentar as tarifas de importação do aço brasileiro, como efeito colateral da estratégia norte-americana de forçar a redução do déficit comercial que mantém em relação à China.

Internamente, do pouco que deixa transparecer o novo governo, o papel essencial do estado brasileiro será desenhar um plano estratégico de desenvolvimento (com estabelecimento de prioridades para investimento e incentivos oficiais) e regular os setores essenciais da economia, deixando para a iniciativa privada a maior parte dos esforços de investimento e gestão. O governo eleito parece comprometido com a ideia de conceber um plano estratégico de desenvolvimento, ainda não completamente apresentado, que contemple o estabelecimento de prioridades para investimento público e privado, com redução de incentivos oficiais, mas forte regulação de setores essenciais da economia, deixando para a iniciativa privada a maior parte dos esforços de investimento e gestão. A futura política de crescimento poderá levar em conta medidas estruturais ancoradas em uma reforma tributária, visando a redução de impostos, e na melhoria da produtividade dos fatores de produção.

Dessa forma, seguindo a regra de ouro fiscal e para reduzir a escalada da dívida pública, o governo tomará empréstimos apenas para investimentos, como em infraestrutura, e não para despesas usuais e correntes, como as de pessoal, previdência social, saúde e educação. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que impõe um teto para os gastos governamentais por 20 anos, para 2017, ficou definido o gasto mínimo constitucional de 18% de impostos para a educação e de 15%

<sup>10</sup> <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/01/22/arabia-saudita-barrar-importacao-de-frango-de-5-frigorificos-brasileiros-diz-associacao.ghtml>

das receitas do governo para a saúde, sendo que a partir de 2018, esse piso será reajustado pela inflação do ano anterior.

Uma das críticas que se têm feito ao estabelecimento do teto dos gastos públicos é que a medida afeta diretamente os gastos sociais (previdência, saúde e educação), mas mantém livre o limite para gastos com juros. A alternativa seria o absurdo de propor a moratória da dívida interna, que levaria o País à perda da credibilidade internacional, com graves consequências para a almejada, maior e melhor reinserção na economia global.

O problema da intensificação da política de austeridade fiscal no curto e até médio prazos é que os investimentos são imediatamente afetados e isso leva a queda na produção. Com a queda do produto a arrecadação também cai, o que leva a mais redução no investimento. Ou seja, em algum momento a economia precisará de estímulo expansionista para romper esse círculo de redução contínua. Espera-se que no momento oportuno, quiçá no médio prazo, momento em que os ajustes fiscais já promovidos comecem a retirar a pressão sobre o orçamento público, sobrevenha o investimento oficial que, somado ao investimento estrangeiro direto, em sincronia com o financiamento de parte do consumo, ofereça o melhor caminho da retomada do crescimento e do desenvolvimento sustentável, em contraposição aos efeitos estruturais deixados pela crise mundial de 2008.

Como sinalização final, os dados do censo de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), impõem reflexões sobre o funcionamento e a exuberância do agronegócio.

Os dados mostram que há 100 anos, 70% da população brasileira trabalhava na agricultura e, até 1950, 64% da população brasileira viviam na zona rural. O Brasil se tornou uma nação majoritariamente urbana ainda na década de 1960 e as projeções apontam que até 2050 serão apenas 18 milhões de residentes no campo, o que irá representar nas atividades agropecuárias cerca de 8% do número total de ocupados, contra um contingente de cerca de 208 milhões de pessoas morando nas cidades brasileiras. Entre 1975 e 2017 o número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias caiu de 20 milhões para 15 milhões.

No entanto, conforme os dados da Conab, a área plantada com grãos cresceu no Brasil, assim como muito mais cresceu a produtividade de todos os fatores de produção no campo, o que permitiu ao agronegócio quebrar recordes de produtividade nas últimas décadas.

Conforme o IBGE, nos últimos 11 anos, o número de tratores quadruplicou, alcançando 1,22 milhão de máquinas, e a área irrigada cresceu mais de 50%, o que explica parte do crescimento acelerado do agronegócio no País.

O drama agrário no contexto da produção do agronegócio se situa em dois polos. Para aqueles que permanecem no campo, o IBGE registra em 2017 que a maioria é analfabeta ou tem apenas o ensino fundamental. Para os que foram deslocados para a cidade em decorrência da crescente tecnificação das atividades agropecuárias, observa-se a quase total ausência de políticas públicas voltadas para a recapacitação da mão-de-obra, por um lado, e o agravamento das condições de vida da população desempregada residente nas periferias, em razão da forte desindustrialização que o País vem enfrentando desde a década de 1980, momento em que o fenômeno do êxodo rural se intensificou e os investimentos em infraestrutura caíram.

### **Considerações finais**

Se não cabe chorar ao leite derramado, uma vez que nem as cidades nem a economia brasileira foram preparadas para um êxodo rural tão intenso quanto o que se observou e ainda virá, olhe-se para o que representa em termos de oportunidades para o agronegócio nacional não apenas o que aconteceu por aqui, mas aquilo que está por acontecer no mundo em termos de deslocamentos populacionais.

Não resta dúvida de que o destino da humanidade são as cidades. E se o Brasil se urbanizou ainda na década de 1960, o mundo só o fez a partir de 2005. Não por mero acaso, a agroinflação se anunciou também a partir daquele ano em todo o mundo, resultando na elevação descontrolada dos preços das commodities agrícolas, até que as economias se adaptassem aos novos patamares da demanda por mais alimentos, fibras e energia.

Se aqui há algum consolo para nossos já velhos desatinos agrários, até 2050, segundo a ONU, o mundo receberá em suas cidades mais de 2 bilhões de bocas

humanas para alimentar e a maior parte desse contingente migratório será deslocado de comunidades rurais da China e da Índia.

A despeito dos avanços tecnológicos voltados à produção agropecuária, é improvável, em um cenário assim, que as *commodities* agrícolas sofrerão com redução de preços no futuro, dada a escassez de terras agricultáveis na maior parte dos países e a tendência de aumento da renda *per capita* global.

Quem sabe não seja essa a oportunidade que nos faltava para superarmos as letargias sociológicas que perpassaram o tempo e definiram, sob o legado de uma experiência colonial que se fez longa, traços culturais deletérios de uma nação que se habituou a atribuir à metrópole o bom e o belo, em detrimento do ambiente doméstico, onde quase tudo se descreve como inferior e feio, incluindo a paisagem.

Tudo somado e subtraído, o agronegócio brasileiro não só veio para ser grande e tecnológico aos olhos de qualquer nação do mundo, mas para permanecer como porto seguro para a estabilização dos preços internos e para a internalização de divisas, que contribuem enormemente, em última instância, para o equilíbrio do balanço de pagamentos por meio dos superávits recorrentes de sua balança comercial.

Faz-se premente que a indústria nacional, a partir do verde da biodiversidade e do agronegócio juntamente com o amarelo das riquezas minerais, também conquiste seu espaço no mercado internacional e interno de manufaturas e contribua como se espera finalmente para o desenvolvimento sustentável do País.

Alerte-se finalmente que tragédias socioambientais, como as de Brumadinho, Mariana e outras da mesma natureza, não são apenas inadmissíveis; são sequelas que, no contexto de nossas características econômicas, provocam a reflexão e precisam ser enfrentadas urgentemente com a maturidade de quem sabe que a sustentabilidade é um ativo inegociável e ao agronegócio brasileiro, em especial, apresenta-se, entre tantas prioridades, como o maior desafio.

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Danilo Augusto Barbosa de Aguiar – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenador

João Cândido de Oliveira – Editoração

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Modena Lacerda

Ivan Dutra Faria

Denis Murahovschi

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

FORMIGA, H.M.de Sá. A. Desafios do Agronegócio Brasileiro no Século XXI. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, fevereiro/2019 (**Boletim Legislativo nº 76, de 2019**). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

Núcleo de Estudos e Pesquisas  
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

Senado Federal

Anexo II, Bloco A, Ala Filinto Müller, Gabinete 13-D

CEP: 70165-900 – Brasília – DF

Telefone: +55 61 3303-5879

E-mail: [conlegestudos@senado.leg.br](mailto:conlegestudos@senado.leg.br)

Os boletins Legislativos estão disponíveis em:

[www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos)